



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 621/2011

Declara de Utilidade Pública a Fundação Coral de Medianeira,
com sede e foro no Município de Medianeira.


Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Coral
Medianeira, com sede e foro no Município de Medianeira.

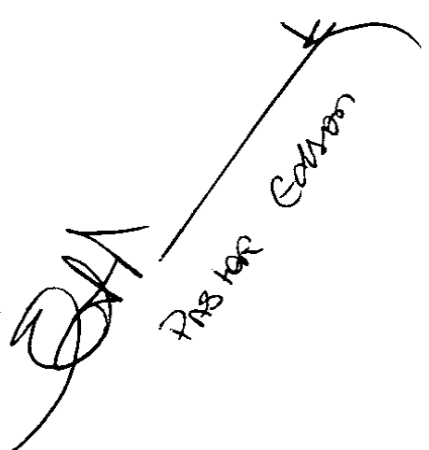
Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 07 de outubro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator


TONINHO
WANDERSCHNEIDER
MARIA LIMA


PASTOR COLSON



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 636/2012

Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o “GABON”, a ser realizado no carnaval.

Art. 1º Fica instituído no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o “GABON”, a ser realizado no carnaval.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 07 de outubro de 2013.

ALEXANDRE CURI
Presidente

Toninho
Wandschneider

Kelator
Carlos
Roberto
Lima

Pastor
Edison



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Resolução nº 24/2013

Aprova a prestação de contas das despesas dos
Senhores Deputados, mês de maio de 2013.
Resoluções nº 3/2004 e 3/2009.

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos
Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 3/2004, com as modificações
contidas na Resolução nº 3/2009, de referente ao mês de maio de 2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 07 de outubro de 2013.

ALEXANDRE CURI
Presidente

Toninho
Wandmacher

Relator
Cantora
Mara Lima

PASTOR Edson



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Resolução nº 27/2013

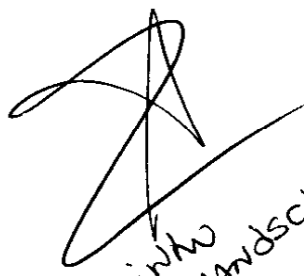
Aprova o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a situação e possíveis fraudes nos resultados das pesquisas, divulgados fora da margem de erro nos vinte dias que antecederam as eleições de 2012, no primeiro turno, pelo Ibope no Paraná.


Art. 1º Fica aprovado o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a situação e possíveis fraudes nos resultados das pesquisas, divulgados fora da margem de erro nos vinte dias que antecederam as eleições de 2012, no primeiro turno, pelo Ibope no Paraná, constituída pelo Ato do Presidente nº 18/2012, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 318, de 6 de novembro de 2012, suas conclusões e encaminhamentos.

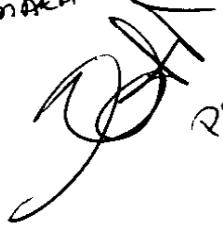
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 07 de outubro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


TONINHO
WANDSCHEER


Relator
CANTORA
MARA LINA

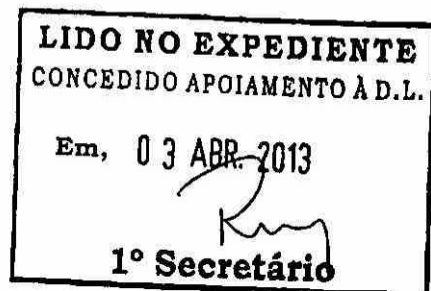

PASTOR
Edison



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativa Presidente Aníbal Kury

PROJETO DE LEI Nº 115 / 2013



Dispõe sobre recapitação da Central Geradora Hidrelétrica – CGH, localizada no Município de Jaguariaíva.

Art. 1º Fica autorizado a recapitação da Central Geradora Hidrelétrica – CGH, localizada no Município de Jaguariaíva.

Art. 2º A Central Geradora Hidrelétrica – CGH denominada Usina Velha (24º15'18,5"S, 43º42'11,0"O) está localizada no Município de Jaguariaíva, utilizando como fonte hídrica o Rio Capivari. A Central Geradora Hidrelétrica está instalada/construída em uma área de 10,19 alq. ou 246.487,71m², às margens do Parque Linear do Rio Capivari. A CGH Usina Velha pertence ao quadro urbano do município de Jaguariaíva, com divisas, limites e confrontações descritas na matrícula nº 11.516 do Registro de Imóveis da Comarca de Jaguariaíva-PR.

Art. 3º A recapitação da Central Geradora Hidrelétrica – CGH, está sujeita ao cumprimento das normas ambientais, observadas as legislações municipal, estadual e federal.

Art. 4º Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

ALEXANDRE CURI

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo, a recapacitação da Central Geradora Hidrelétrica – CGH, localizada no Município de Jaguariaíva.

Com base na premissa de que a economia do Brasil depende, em grande medida, do aproveitamento adequado do potencial de geração de energia elétrica para sustentar o seu crescimento, pode-se afirmar que o Setor Elétrico Brasileiro - SEB tem uma responsabilidade estratégica no desenvolvimento do país. A história tem confirmado a necessidade de expansão do parque gerador nacional em atendimento à crescente demanda por energia elétrica.

Nesse contexto e levando em consideração que será aproveitada a estrutura física original da CGH Usina Velha com restrita readequação, a recapacitação é extremamente vantajosa, pois implicará em drástica redução de impactos meio ambiente, comparados à construção de novas estruturas e áreas alagadas.

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente propositura.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI nº 115/2013

Projeto de Lei nº 115/2013

Autor: Deputado Estadual Alexandre Curi

Súmula: Dispõe sobre a recapacitação da central geradora hidrelétrica – CGH, localizada no Município de Jaguariaíva.

EMENTA: RECAPACITAÇÃO DE CENTRAL HIDRELÉTRICA GERADORA (CGH) LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA. POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65 E 209 CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTS. 2º E 9º RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IAP Nº 09/10. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi visa autorizar a recapacitação da Central Geradora Hidrelétrica (CGH) localizada no Município de Jaguariaíva.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Entende-se por Central Geradora Hidrelétrica a unidade geradora de energia com potencial hidráulico igual ou inferior a 1 (um) megawatt, normalmente com barragem somente de desvio, em rio com acidente natural que impede a subida de peixes, nos termos do artigo 2º da Resolução Conjunta SEMA/IAP nº 09/2010:

Art. 2º Para efeito desta Resolução entende-se por:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



a. CGH - Central Geradora Hidrelétrica - unidade geradora de energia com potencial hidráulico igual ou inferior a 1 MW (um megawatt), normalmente com barragem somente de desvio, em rio com acidente natural que impede a subida de peixes.

Ainda, a Resolução supramencionada dispõe que empreendimentos caracterizados como Central Geradora Hidrelétrica – CGH necessitam para obter a licença de instalação de diversos documentos, entre eles a autorização da Assembleia Legislativa:

Art. 9º Empreendimentos caracterizados como CENTRAL GERADORA HIDRELÉTRICA – CGH e como PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA – PCH , com potência instalada de até 10 MW, deverão efetuar o requerimento de licenciamento ambiental da sua unidade geradora de energia através dos documentos dispostos no Art. 8º, acrescidos dos seguintes documentos:

II LICENÇA DE INSTALAÇÃO – LI

a) Cadastro de Obras Diversas – COD;

b) Aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme Art. 209 da Constituição Estadual;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



- c) Despacho da ANEEL aprovando o Projeto Básico, no caso de PCH;
- d) Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais – RDPA;
- e) Apresentação da outorga prévia dos recursos hídricos;
- f) Apresentação do pedido (protocolo) de autorização para supressão vegetal emitido pelo órgão competente, caso se aplique;
- g) Apresentação do pedido (protocolo) de autorização para manejo (estudos e resgate) da fauna emitida pelo órgão competente;

Neste sentido, a Constituição Estadual estabelece em seu artigo 209 que a construção de centrais termelétricas e hidrelétricas dependerá da aprovação desta Assembleia Legislativa:

Art. 209. Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termoelétricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembléia Legislativa; a de centrais termonucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.

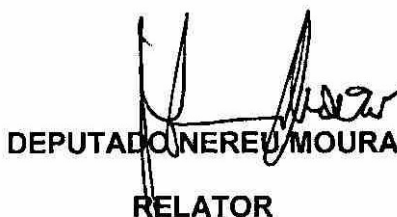
Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

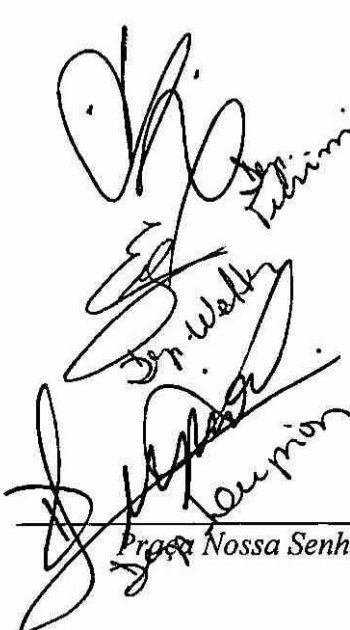
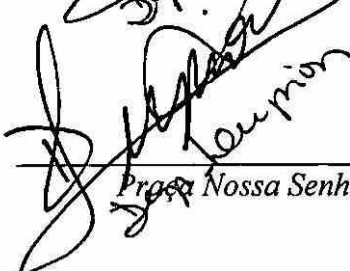
CONCLUSÃO

Diante do acima exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

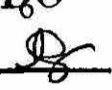
Sala das Comissões, em 08 de julho de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


APROVADO

09.07.13 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Parecer ao Projeto de Lei nº 115/2013

Súmula: Projeto de Lei nº 115/2013, que dispõe sobre a recapacitação da Central Geradora Hidrelétrica – CGH, localizada no município de Jaguaraíva.

PREÂMBULO:

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Alexandre Curi, dispõe sobre a recapacitação da Central Geradora Hidrelétrica – CGH, Usina Velha localizada no município de Jaguaraíva.

FUNDAMENTAÇÃO:

Partindo da premissa de que a economia do País depende do aproveitamento do potencial gerador de energia elétrica, é louvável a iniciativa do eminente autor na solicitação de ampliação da capacidade da Central Geradora ora citada.

A implantação do empreendimento gerará significativo desenvolvimento ao Estado com impactos positivos à economia da região, além do aumento da confiabilidade do suprimento de energia elétrica.



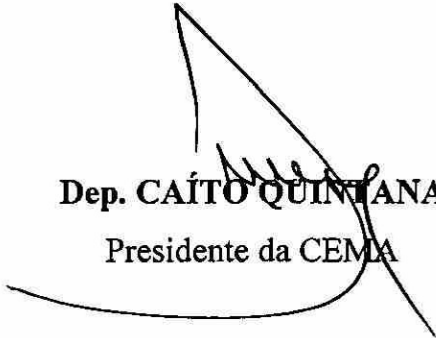
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury




Estabelecidas as razões quanto da legalidade e em especial sobre os aspectos ambientais da proposta, o Projeto de Lei nº 115/2013 deve seguir seu trâmite.

Nosso Parecer é **FAVORÁVEL**.


Sala das comissões, 20 de agosto de 2013.



Dep. CAÍTO QUINTANA
Presidente da CEMA


Wilson Quintana


Jonas Guimarães


Dep. RASCA RODRIGUES
Relator


Pedro Lupion


Elton Welter



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 115/2013

Projeto de Lei nº 115/2013

Autor: Deputado Alexandre Curi

Súmula: Dispõe sobre recapitação da Central Geradora Hidrelétrica CGH, localizada no Município de Jaguariaíva.

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 115/2013, de autoria do Deputado Alexandre Curi, dispõe sobre a recapitação da Central Geradora Hidrelétrica – CGH, localizada no Município de Jaguariaíva, no Estado do Paraná.

Em justificativa apresentada em seu mérito, destaca-se a importância da recapitação da CGH no Município, trazendo benefício para as indústrias e movimentação financeira local, com a possibilidade de um processo de implementação em uma estrutura antiga, não produzindo impactos nocivos ao meio ambiente.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 115/2013**, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, uma vez que o projeto sugere a recapitação da Central Geradora Hidrelétrica – CGH no município de Jaguariaíva, Estado do Paraná, utilizando-se uma estrutura já existente em prol da necessidade e demanda gerada pelo próprio município. A ação sugerida para a Recapitação da CGH denominada Usina Velha, condiz com a realidade inserida neste cenário, já que nos dias de hoje, o mercado consumidor e os grandes centros instalados, exigem uma carga de energia cada vez mais elevada para suprir a necessidade populacional. A Usina Velha está implantada em uma região em franco desenvolvimento e sua ação de recapitação justifica-se pelo interesse público que frisa os



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



ganhos com o crescimento regional e os investimentos voltados para o bem estar de toda população.

Cabe ressaltar que a CGH – Usina Velha será recapacitada em uma área já padronizada, aproveitando-se de uma estrutura física original já existe e com delimitações em terra que não impedirão o suficiente funcionamento da Central Geradora.

Cumpra a nós destacar que *“Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral”*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ocorre que a proposição em síntese analisada, encontra uma linha importante em sua defesa, ao vir de encontro ao interesse público meramente justificado e a necessidade de se trabalhar métodos que favoreçam o crescimento populacional, sem deixar de lado a preocupação direta com o meio ambiente e o bem estar populacional. Conforme cita a Constituição Federal em seu artigo 225º no Capítulo VI, no que diz respeito à competência da União em relação ao Meio Ambiente e a qualidade de vida:

Art. 225º Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
(Artigo 225º - Capítulo VI da Constituição da República Federativa do Brasil)

Desta forma, afere-se uma abrangência grandiosa voltada ao mérito desta proposição, lembrando que o referido projeto de lei condiciona claramente a necessidade do cumprimento das normas ambientais e legais para a recapacitação da CGH de Jaguariaíva.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, ainda concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com a União em razão ao bem comum: *“A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal". (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a preservação do meio ambiente, os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição encontra fortes respaldos em seu mérito para seguir sua tramitação e ser apoiado por esta comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Nereu Moura, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Jaguariaíva, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

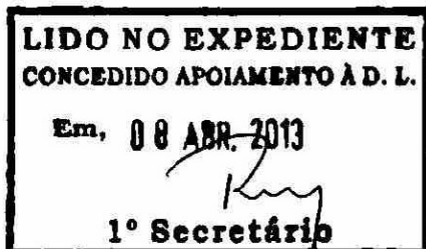
Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 115/2013, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 09 de setembro de 2013.

Elton Welter
Tercílio Turini
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão
Adelino Ribeiro
TERUO KATO
Relator
Jonas Guimarães
Pastor Edson Praczyk



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



PROJETO DE LEI Nº 123 DE 2013

SÚMULA: Institui o Dia Estadual do Produtor de Tabaco, a ser comemorado no dia 28 de outubro.

Art. 1º. Fica instituído o Dia Estadual do Produtor de Tabaco, a ser celebrado, anualmente, no dia 28 de outubro.

Parágrafo único – Caso tal data não coincida com um final de semana, os Municípios que pretendam comemorá-la poderão fazê-lo no final de semana mais próximo.

Art. 2º - O Dia Estadual do Produtor de Tabaco será incluído no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 08 de abril de 2013.


ANTONIO ANIBELLI NETO
Deputado Estadual

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

15:07 08/04/2013 002795 Nº 06554514 116190114 00 103-4



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



JUSTIFICATIVA

A fumicultura (produção do tabaco) é uma das atividades mais importantes da agricultura familiar, ocupando cerca de 20% das lavouras paranaenses. Os Estados da região sul são responsáveis por 95% da produção nacional, sendo que a produção no Paraná corresponde a 18% desse total.

Segundo a Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA) o fumicultor enfrenta diversas dificuldades relacionadas a restrições na legislação e dificuldade para conseguir financiamentos para o setor. Além disso, a atividade envolve diversos riscos à saúde, exigindo a utilização de diversos equipamentos de segurança.

Mesmo assim, ao longo de toda a história, o fumicultor vem superando as dificuldades e contribuindo significativamente para o desenvolvimento de nosso Estado, sendo que nos últimos anos a atividade gerou 56.000 empregos, envolvendo 36.110 famílias.

O objetivo do presente projeto é homenagear o fumicultor, reconhecendo a importância de sua atividade para o crescimento da economia paranaense.

A data escolhida foi definida na Assembleia da Associação Internacional dos Produtores de Tabaco (ITGA), ocorrida na Argentina, em 2012. Depois de tomada tal decisão, representantes das Federações da Agricultura e dos Trabalhadores Rurais do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (FAEP, FAESC, FARSUL, FETAEP, FETAESC e FETAG) e Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), reuniram-se em São José/SC e decidiram apoiar a criação do Dia Mundial do Produtor de Tabaco.

Os dirigentes pretendem oficializar a data nos principais municípios e estados produtores de tabaco, sugerindo a formação de

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Anibelli Neto



uma comissão com o intuito de percorrer Prefeituras, Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas e Governos Estaduais, com o propósito de fomentar a criação de leis que institucionalizem a data de 28 de outubro como o Dia Mundial do Produtor de Tabaco.

A escolha do dia e mês vem da história. Em 1492, Cristóvão Colombo navega em direção às Américas. No dia 28 de outubro, dois tripulantes da embarcação visitam o interior do que viria a ser a ilha de Cuba. Eles encontram nativos e testemunham um estranho ritual em que a fumaça de folhas queimadas é inalada através de um tubo. Assim aconteceu a apresentação das folhas conhecidas pelos nativos como Cohiba e que mais tarde seria chamada de tabaco.

De acordo com o presidente da Afubra, Benício Albano Werner, a instituição da data no calendário das entidades tem como principal objetivo respaldar o trabalho do produtor de tabaco. "Como qualquer brasileiro, trata-se de um cidadão que trabalha pela sua manutenção, da família, da pequena propriedade que ocupa e da comunidade onde está inserido e que gera, por tabela, grandes riquezas para o país", frisa.

Diante do exposto, certo da importância histórica dos fumicultores para o Estado do Paraná, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 08 de abril de 2013.



ANTONIO ANIBELLI NETO
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 123/2013

Projeto de Lei nº. 123/2013

Autor: Deputado Anibelli Neto

Súmula: Institui o Dia Estadual do Produtor de Tabaco, a ser comemorado no dia 28 de outubro.

EMENTA: INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO O DIA ESTDUAL DO PRODUTOR DE TABACO. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Anibelli Neto, tem por finalidade instituir no Calendário Oficial de Eventos o Dia Estadual do Produtor de Tabaco, a ser realizado no dia 28 de outubro.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos



direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Contudo, no que tange a técnica legislativa empregada na ora proposição, a mesma deverá ser substituída para que tanto os



conteúdos, quanto a forma, expressem a vontade do legislador, impedindo quaisquer distorções.

Nesse sentido, o Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

...

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury


Comissão de Constituição e Justiça

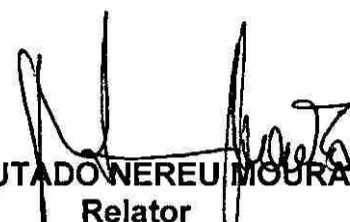


CONCLUSÃO

Diante do exposto, com o propósito de aplicar melhor técnica legislativa, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto na forma da **Emenda Substitutiva Geral** em anexo, proposta por esta Comissão.

Sala das Comissões, 20 de agosto de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO NEREU MOURA
Relator

APROVADO

27/08/13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO 123/2013


Súmula: Institui o Dia Estadual do Fumicultor, a ser comemorado no dia 28 de outubro.

Art. 1º - Fica instituído, no Estado do Paraná, o Dia Estadual do Fumicultor, a ser realizado anualmente no dia 28 de outubro.

Art. 2º - A data instituída no art. 1º passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de agosto de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO NEREU MOURA
Relator



APROVADO

21/08/13

Praça Nossa Senhora da Saúde s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

~~ANTE~~ PROJETO DE LEI

405/13

Súmula: Autoriza o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER a efetuar a cessão de uso dos imóveis que especifica ao Município de Castro.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER autorizado a efetuar a cessão de uso, ao Município de Castro, dos imóveis constituídos de uma área localizada na Rua Paranaíba, s/nº, parte de quinhão nº 50, da Gleba A, no local denominado Distrito de Socavão, com área de 848,12 m², Matrícula sob nº 8.392 e outra área localizada na Rua Fortaleza, nº 136, no local denominado Distrito de Abapan, com área de 1.272,50 m², Matrícula sob nº 8.080, ambas do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

Art. 2º Os imóveis em questão, que ficam gravados com cláusula de inalienabilidade, serão usados exclusivamente para serviços públicos municipais.

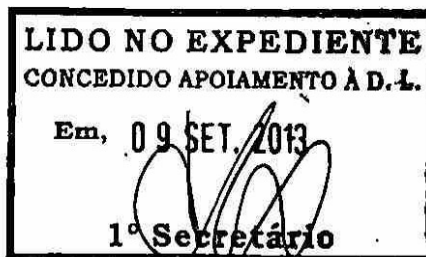
Parágrafo único. Os imóveis cedidos reverterão ao patrimônio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER caso o Município não cumpra a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.

Art. 3º A presente cessão terá vigência de vinte anos, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 03 de setembro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 096/2013

Curitiba, 03 de setembro de 2013.

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em,

Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER a efetuar a cessão de uso, ao Município de Castro, dos imóveis constituídos de uma área localizada na Rua Paranaíba, s/nº, parte de quinhão nº 50, da Gleba A, no local denominado Distrito de Socavão, com área de 848,12 m², Matrícula sob nº 8.392 e outra área localizada na Rua Fortaleza, nº 136, no local denominado Distrito de Abapan, com área de 1.272,50 m², Matrícula sob nº 8.080, ambas do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

A presente medida consulta plenamente aos interesses públicos eis que os imóveis serão utilizados exclusivamente para serviços públicos municipais.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que os imóveis em referência ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade, que retornarão ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra a finalidade prevista e que a cessão de uso terá vigência de vinte anos, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHIA

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.634.383-5



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 405/2013

Projeto de Lei nº 405/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 96/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão de Uso do imóvel que especifica ao município de Castro.

EMENTA: CESSAO DE USO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE CASTRO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 96/2013, visa efetuar a cessão de uso ao município de Castro, dos imóveis com área total de 848,12 m² e 1272,50 m², conforme Matrículas nº 8392 e nº 8080, respectivamente, ambas do Registro de Imóveis daquela Comarca, de propriedade do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, § 2º, I da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

§ 2º A Administração também poderá conceder título de propriedade ou de direito real de uso de imóveis, dispensada licitação, quando o uso destinar-se:

I - a outro órgão ou entidade da Administração Pública, qualquer que seja a localização do imóvel.

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente da cláusula de inalienabilidade, possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 10 de Setembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR
RELATOR

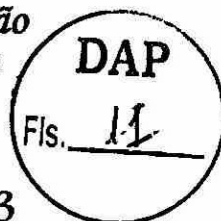

APROVADO

1009113 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 405/2013

Projeto de Lei nº 405/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 096/2013

Súmula: Autoriza o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER a efetuar a cessão de uso dos imóveis que especifica ao município de Castro.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 405/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 096/2013**, objetiva autorizar o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER a efetuar a cessão de uso dos imóveis que especifica ao município de Castro, no Estado do Paraná, para fins de utilização da Administração Pública Municipal. Os imóveis a serem cedidos são constituídos de uma área totalizando 848,12 m² e 1.272,50 m², conferidos pelas Matrículas nº 8.392 e nº 8.080, ambas do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Castro-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 405/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Castro no Estado do Paraná, com a cessão de uso de imóveis destinados exclusivamente ao Serviço Público Municipal. As áreas a serem cedidas serão utilizadas especificamente para o desenvolvimento de atividades de prestação de serviço municipal, sendo que investimentos desta natureza atendem diretamente aos interesses dos moradores e preza por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Municipal e Governo do Estado, que fortalecerá de forma direta o crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.

Cumprindo a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 405/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 096/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:
I Existência de interesse público devidamente justificado;
(...)
(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 405/2013**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referencia à doação de imóveis apontados exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer é pelos benefícios ora relacionados à proposição, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Hermas Brandão Junior, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Castro, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido **Projeto de Lei 405/2013**, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 16 de setembro de 2013.*

Francisco Buhner
Teruo Kato

Elton Welter

Jonas Guimarães

FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão

TERCÍLIO TURINI
Relator

Adelino Ribeiro
Pastor Edson Praczyk